

O pensamento decolonial na psicologia brasileira

Decolonial thinking in Brazilian psychology

Diogo Fagundes Pereira*
Cidiane Vaz Goncalves**
Cristiane Moreira da Silva***
Fabiana Eckhardt****

Resumo

Reconhecendo a forte influência europeia na história da psicologia e o seu desdobramento epistemológico que produziu racionalidades coloniais, essa pesquisa, tomando como guia os estudos sobre a colonialidade e o pensamento decolonial, analisou a inserção desses conceitos na produção científica brasileira no que tange à formação em psicologia. Para isso, realizou uma revisão crítica de literatura nas bases de dados: PePSIC-BVS; Google Scholar e Scielo Brasil, com os descritores pensamento decolonial e psicologia. Concluímos que a inserção ainda é incipiente, pontual e todos os estudos apontam a necessidade de inclusão do pensamento periférico, do pensamento crítico de fronteira dentro dos cursos de formação em psicologia, com vistas ao rompimento de certezas naturalizadas de modos de ser que corroboram uma visão de humano, mundo e normalidades coloniais.

Palavras-chave: Pensamento decolonial. Psicologia. Descolonização.

Abstract

Recognizing the strong European influence in the history of psychology and its epistemological unfolding that produced colonial rationalities, this research, taking as a guide studies on coloniality and decolonial thinking, aimed to know the insertion of these concepts in psychological science. For this, it carried out a literature review in the databases: PePSIC-BVS; Google Scholar and Scielo Brasil, with the descriptors decolonial thinking and psychology. We conclude that the insertion is still very timid, punctual and all studies point to the need to include peripheral thinking, critical frontier thinking within training courses in psychology, with a view to breaking naturalized certainties so as to corroborate a view of man, world and colonial normalities.

Keyword: Decolonial thinking; psychology; decolonization.

* Mestre em Psicologia, Doutorando em Educação; Docente de Psicologia do Centro Universitário Arthur Sá Earp Neto (UNIFASE), Brasil; E-mail: diogofagundes.psi@gmail.com

** Doutora em Psicologia Clínica; Docente da Universidade Federal Fluminense no campus de Rio das Ostras (UFF RO), Brasil; E-mail: cidianevez@gmail.com

*** Doutora em Psicologia; Docente e coordenadora Adjunta do mestrado em Psicologia na Universidade Católica de Petrópolis (UCP), Brasil; E-mail: cristiane.moreira@ucp.br

**** Doutora em Educação; Docente e Coordenadora do PPGE em Educação da Universidade Católica de Petrópolis (UCP), Brasil; E-mail: fabiana.eckhardt@ucp.br

Introdução

Desde a década de 1990, a partir dos estudos de Aníbal Quijano (1928-2018) sobre a colonialidade, diversas áreas do saber vêm se dedicando ao estudo dessa temática e seus desdobramentos, procurando retomar uma série de problemas históricos e sociais que há muito tempo foram considerados como encerrados ou tornaram-se invisíveis (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019).

Esses estudos, esbarram-se em outras tradições críticas que embora tenham semelhanças perceptíveis, possuem origem e interesses distintos: os estudos subalternos (ou estudos da subalternidade) e os estudos pós-coloniais. Os primeiros, inaugurados na Índia por Ranajit Guha (um historiador indiano), com forte influência do marxismo gramsciano, apresentam uma crítica ao eurocentrismo, mas não uma tentativa de descolonização, o segundo, os estudos pós-coloniais, originários dos principais centros acadêmicos do mundo, focam na análise do discurso e da textualidade, com uma forte influência na produção periférica e no discurso dominante (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019).

Já os estudos decoloniais fazem uma crítica ao eurocentrismo e revisitam a questão do poder na modernidade, entendendo “esse poder como a face oculta da modernidade” (MIGNOLO, 2017) e resultante de dois grandes processos: um sistema de dominação cultural que controla a partir de pressupostos eurocêntricos, as subjetividades, uma visão de ser humano e mundo racional moderno e, outro a conformação de um sistema social global (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019). Esses estudos sinalizam uma matriz colonial do poder (MCP) e indicam a construção de um padrão de normalidade, saúde, doença, natureza e subjetividade. Nomeando, “a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje” (MIGNOLO, 2017).

Entendendo a forte influência europeia na história da psicologia, faz-se necessário compreender, de que modo essa ciência ainda pode esboçar em suas práticas e bases epistemológicas, racionalidades coloniais. A psicologia enquanto ciência e profissão, foi regulamentada no Brasil por meio da Lei 4119/62 e após o estabelecimento do currículo mínimo, o Ministério da Educação (MEC) instituiu a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), estabelecendo normas para o projeto pedagógico dos cursos de graduação (PEREIRA, 2021). A partir dessas normas, perspectivas teóricas, políticas e éticas são definidas. Logo, a composição dos conteúdos é uma decisão política que produz efeitos diversos, como, por exemplo, a cristalização, reprodução e manutenção de práticas epistêmicas de colonialidade.

Essas “escolhas” especialmente realizadas nos currículos das universidades (espaço reconhecido como produtor de conhecimento) consolidam um saber e agenciam modos de fazer psicologia que sustentaram normas de conduta socialmente aceitáveis e, conseqüentemente, produziram “o anormal”, o excluído. Lembremos que a psicologia, será reivindicada enquanto disciplina autônoma da Filosofia e de caráter científico, a partir da possibilidade de mensuração dos fenômenos psicológicos. Nesse sentido, desde os seus primórdios a psicologia visando a sua sustentação epistemológica enquanto ciência se mostra profundamente marcada pela busca de procedimentos que pudessem torná-la mais objetiva e confiável, portanto, científica e neutra. Este apelo foi bem respondido pela aplicação de instrumentos de medida, tornando-se espaço privilegiado para a reprodução de perspectiva epistemológica, política e cultural predominantemente europeia e americana, sem que, contudo, esses mesmos pressupostos

fossem, mesmo atualmente, objeto de debates, sobretudo na área. Nesse sentido, inspirada na filosofia europeia e na busca da cientificidade americana, a psicologia brasileira se consolida na psicometria e na adaptação do sujeito desde sua criação, o que está declarado na lei que regulamenta a profissão quando define como prática privativa da psicologia “a) diagnóstico psicológico; b) orientação e seleção profissional; c) orientação psicopedagógica; d) solução de problemas de ajustamento” (BRASIL, 1962).

Do ponto de vista histórico, observa-se, desde 1906, o desejo de inserção do país no cenário internacional moderno a partir da produção de pesquisas no campo da medicina, da educação e do trabalho. A partir da década de 1910, observa-se a introdução no território brasileiro de instrumentos para mensuração de aspectos subjetivos, sobretudo os testes de inteligência e de personalidade. Esses instrumentos foram trazidos por psiquiatras que realizaram parte de sua formação acadêmica com grandes nomes europeus como Binet, Dumas e Claparède que, posteriormente, criaram os primeiros laboratórios de avaliação psicológica. Destacamos que esses laboratórios precursores foram instalados nos Asilos para “alienados mentais” e, posteriormente, centros de formação pedagógicas, espaços privilegiados de formação de mentalidades e controle do comportamento social. Além disso, a partir de 1920, tem início a empreitada de modernização e industrialização no país e Pena (1992) assinala que, haja vista este processo, a configuração do campo da recente prática da avaliação psicológica também passou a se organizar como instrumento conciliador em relação aos conflitos emergentes entre os interesses do capital e a classe trabalhadora nascente. Essas práticas estabeleceram as bases para os futuros psicotécnicos, que se mantiveram por bastante tempo como sinônimo de cientificidade e de modernização da sociedade brasileira, aspirante aos padrões estabelecidos na Europa e nos EUA. Em todos esses espaços, as perspectivas desenvolvidas fundamentaram-se fortemente no paradigma da medida e da comparação à média, sem discussões aprofundadas acerca da importância de se considerar, mesmo nesta perspectiva, os aspectos linguísticos, sociais, culturais etc. no estabelecimento dos parâmetros de comparação dos resultados e interpretação dos dados levantados.

Ao longo da história da avaliação psicológica no Brasil, não podemos descon siderar o quanto, em diversos momentos, as práticas, particularmente a aplicação de testes, assumiram em diversas situações o papel de prova de verdade que justificam determinadas configurações sociais e endossam a produção histórica de verdades, inverídicas do ponto de vista objetivo. Assim, mazelas sociais e ataques à existência em suas várias dimensões — histórica, cultural e epistemológica — foram justificados e respaldados em nome da ciência, entendida como neutra, adjetivo que talvez mais tenha contribuído para a desresponsabilização desse campo em relação às práticas estabelecidas. A despeito do uso deste adjetivo, podemos observar que as práticas estabelecidas e as ideias afirmadas se mostram alinhadas a determinadas perspectivas econômicas, políticas e epistêmicas. Nesta direção, o exemplo de dois momentos pode ser mencionado. O primeiro deles, durante o governo Vargas em 1938, faz alusão ao uso de técnicas de avaliação no contexto da educação. Com a reformulação do ensino profissional e técnico-industrial, o psicotécnico era a prática utilizada para a seleção de alunos dos cursos técnicos da Escola Técnica Nacional, posteriormente, na década de 1960, nomeada como CEFET/RJ. Tal prática tinha por objetivo, profissionalizar os pobres e dispor dos mais aptos para a indústria, mas também eliminar os “órfãos, os miseráveis e os infelizes débeis e frágeis” (JACÓ-VILELA; FERREIRA; PORTUGAL, 2018, p. 99-100). Em 1942, o Teste de Nível Mental passou a ser

obrigatório nos vestibulares como critério eliminatório, sem que, contudo, fossem questionados, por exemplo, o acesso à educação. O segundo é dado pelo relato de Guareschi no livro *A verdade é revolucionária*, organizado e lançado em 2013 pelo CFP e pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP. Nesta entrevista, fala sobre a relação que alguns psicólogos estabeleciam com a repressão e esclarece que muitos profissionais produziam e aplicavam instrumentos de personalidade destinados aos “subversivos”: “Os testes revelam uma personalidade de fato “quebrada”, uma personalidade “perigosa” (CFP, 2013, p. 305). A aplicação e interpretação supostamente neutras serviam para produzir provas aparentemente científicas que os subversivos eram pessoas desequilibradas e, dessa forma, “confirmar as penas, as torturas e tudo mais” (CFP, 2013, p. 305). Na publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul em 2013, *Garantia de Direitos e Práticas Libertárias*, no artigo *Ditadura e Democracia: qual o papel da violência de Estado?* Pedro Paulo Gastalho de Bicalho aborda o uso do teste de *Rorschach* durante a ditadura militar. Nesta publicação, afirma-se que, em meio a tantas histórias, muitos militares, médicos, assistentes sociais, pedagogos e psicólogos, baseados no estudo e interpretação da técnica projetiva de *Rorschach*, traçaram o “perfil psicológico do terrorista brasileiro” (COIMBRA *apud* BICALHO, 2013, p. 11), cujos resultados conclusivos “revelavam” características como precária estabilidade emocional e afetiva, dificuldades de adaptação e ajustamento, atitude oposicionista, voltando sua agressividade contra o meio, contra o próprio Ego, escasso interesse humano e social, pensamento rígido e índice de estereotipia elevado (BICALHO, 2013, p. 26-27).

Nesse sentido, a discussão a respeito das expectativas e dos usos dos instrumentos de avaliação se torna fundamental para compreendermos o cenário atual de polarizações e de expectativas — não mais entendidas como ingênuas, mas como alinhadas a determinado projeto hegemônico de poder — em relação à apreensão dos fenômenos psicológicos, sua descrição e controle. Além disso, percebe-se tendência que continua a evocar certas perspectivas técnicas e éticas como apolíticas e/ou ateóricas conforme chama a atenção Hutz (2002). Conforme sinalizamos, atualmente aspectos políticos relacionados à avaliação psicológica no Brasil são pouco abordados na literatura da área, tornando-se, paradoxalmente, uma ausência marcante na formação, com impactos profundos na realidade discursiva e prática da área. Nesse sentido, nada é mais político do que a afirmação da neutralidade na psicologia que, assim, se alinha a uma mentalidade colonial de dominação que invisibiliza outras possibilidades de questionamentos e reflexões sobre a própria noção de ciência e suas implicações enquanto política de vida ou de mortificação (RUFINO, 2019).

Embora sejam essas as bases da construção da ciência psicológica brasileira, na década de 70, vimos emergir a Psicologia Social Crítica, como um movimento de resistência da América Latina orientado para os problemas sociais e preocupado em construir um conhecimento autônomo e eficiente na compreensão de tais fenômenos e que, atualmente, tem destaque na produção científica brasileira (OLIVEIRA *et al.*, 2018). As transformações da psicologia brasileira são materializadas no Código de Ética de 1987 que tem suas premissas atreladas às diretrizes da Declaração Universal de Direitos Humanos, e reafirmadas em sua versão vigente, atualizada em 2005, que destaca o compromisso ético-político da profissão com a promoção da cidadania.

Nos aproximamos de 60 anos de profissão regulamentada no Brasil, neste período, foi problematizado e reconhecido o compromisso com a formação profissional orientada para

a realidade social brasileira, produzido conhecimento a partir de estudos e práticas psicológicas e, no entanto, ainda não foram discutidos, com a profundidade necessária, os pressupostos epistemológicos na formação em psicologia. Figueiredo (1991) assinala que frequentemente no campo da psicologia se enuncia uma “crise”. Para ele, essa crise é relativa à diversidade de perspectivas teóricas e metodológicas que permanecem em oposição. Assim, são reconhecidas — dentre os diversos saberes que compõem a área — aquelas consideradas científicas, as não científicas e as com pretensão de ser. Ademais, segundo o autor, os pesquisadores que pretendiam construir a psicologia científica não romperam com o paradigma de ciência anunciado pelo ideal moderno de neutralidade, objetividade e com referência à matriz europeia de pensamento. Mesmo aqueles que se mostram críticos a esse paradigma, acabam por operar segundo suas regras realizando o que ele denomina como “política da certeza” que é a geração de dispositivos estabilizadores, capazes de gerir racionalmente modos de pensar e modos de viver centrados na ideia de que apenas uma epistemologia se mostra válida, científica e, mesmo neste contexto, neutra. Além disso, essa política estabelece punições àqueles que propõem outras perspectivas epistemológicas que fogem da racionalidade estabelecida como regra. Aqueles que não se enquadram são criticados por falta de rigor à pesquisa e ao debate crítico.

Rufino (2019), ao propor uma discussão sobre a pedagogia imposta à mentalidade dos povos que foram submetidos ao domínio colonial, aponta a radicalidade de seus efeitos no campo do conhecimento. Para ele, as sabedorias ancestrais relativas aos povos não brancos foram produzidas ao longo de séculos como descredibilidade, desvio e esquecimento e, neste sentido, a problemática do conhecimento é fundamentalmente étnico-racial. Assim, a raça enquanto invenção que precede a noção de humanidade se institui como métrica que justifica a destruição de seres não brancos em suas múltiplas dimensões existenciais: corpo, cultura, saberes e história. O reconhecimento deste processo é fundamental, pois envolve, dentre outros aspectos igualmente fundamentais, uma discussão epistemológica uma vez que nesta lógica observa-se uma hierarquização do conhecimento. Apenas alguns tipos de conhecimento e determinadas formas de produzi-lo (métodos) são considerados válidos e o lastro, ou seja, a medida paramétrica para isto se dará a partir de uma leitura racializada do mundo. Neste cenário, a expectativa é de que se aceite, na produção de conhecimento, postura colonizada, ou seja, subordinada a uma métrica colonial. Para Rufino (2019, p. 11), não há enfrentamento e transgressão ao colonialismo que não assuma posições contundentes e comprometidas com o combate ao cárcere racial e às suas produções de injustiça cognitiva. Por mais contundente que seja o processo de libertação, é também um “ato de ternura, amor e responsabilidade com a vida”.

Ainda segundo esse autor, a problemática do saber é imanente à vida, às existências em sua diversidade e, desta perspectiva, é urgente que haja o reconhecimento e a reivindicação de saberes marginalizados ao longo de séculos pela lógica colonial como saberes potentes e imprescindíveis à vida. Esta possibilidade objetiva assim tornar possível a apresentação de outros caminhos a partir de referenciais que vem sendo subalternizados no cruzamento com saberes historicamente dominantes numa condição de igualdade epistemológica e não mais de subalternização. A universidade enquanto lugar legitimado socialmente como produtor de conhecimento mostra-se assim, bastante comprometida com a manutenção de uma lógica que perpetua a valorização de uma determinada perspectiva de conhecimento e método, de uma versão da história e, sobretudo, produz esquecimento. Assim, é na perspectiva da produção da

não presença da diversidade que se institui uma compreensão universalista sobre a existência, o que é sempre um processo violento. Lembremos que sobre o solo da colonização não se ergue civilização, mas barbárie, pois envolve morte concreta e simbólica, apagamento, esquecimento, silenciamentos, injustiça cognitiva, solidão e fomento de baixa autoestima.

É, a partir dessas reflexões, que nos questionamos: em que medida o espaço universitário, mais especificamente no campo da Psicologia, que é objeto deste artigo, não se coloca para tudo o que é não branco como uma Porta do não retorno¹? Quanto à universidade, ao dar acesso a pessoas não brancas, não o faz, ainda, na perspectiva de produção de apagamento e de esquecimento? Em que medida a universidade ainda não demanda um esquecimento de quem se é — negação do ser — em prol de um vir a ser que, paradoxalmente, não é sentido nem vivido como autêntico? Sabemos, aliás que esta exigência de um vir a ser que nega a alteridade e a pluralidade de perspectivas de pensamento e formas de produção de conhecimento é bastante paradoxal: exige-se que todo não branco abra mão de sua cultura para vir a ser e se integrar na cultura universitária e ser reconhecido entre os pares, mas uma vez que isso se dá, esse reconhecimento não acontece, pois permanece no campo das relações e da produção de conhecimento, perspectiva racializada que subalterniza tudo o que não é a norma. Por outro lado, sabemos que esse esquecimento não é total e nisso reside a esperança. Se a mentalidade colonial produz apagamento, por outro, sabemos que todo saber marginalizado busca sua própria reinvenção a partir de cruzamentos entre distintos saberes, mostrando-se resiliente. Neste sentido, mesmo diante de cenário desfavorável, torna-se possível reconhecer a potência de culturas e saberes que ainda encontram-se bastante marginalizados daquilo que se considera como oficial e válido. É a esta capacidade transgressora que Rufino (2019) denomina como sabedorias de fresta. Dessa forma, torna-se urgente o combate a esta lógica colonizada que se impõe numa luta por justiça cognitiva e pela pluriversalização do mundo.

Como uma ciência orientada para o estudo das produções de subjetividades, para as relações sociais e o comportamento humano, com seus atravessamentos sociais e políticos se apropria do pensamento decolonial na formação profissional é a questão que orienta a reflexão aqui proposta. Inquieta-nos que pautas como a diversidade de gênero, as relações étnico-raciais, os movimentos feministas e a interseccionalidade embora predominantes nos debates acerca do exercício profissional não tenham impulsionado a revisão epistemológica da ciência psicológica.

A implementação da política de cotas sociais nas universidades que vem favorecendo o acesso ao Ensino Superior é a Lei 12.711/ 2012 que prevê a implementação de cotas raciais e sociais para o ingresso em universidades e instituições de ensino médio e técnico federais. Essa política vem favorecendo possibilidades para que novas maneiras de pensar um conhecimento “periférico” e sua importância na construção de outros saberes “científicos” não eurocêntricos se desenvolvessem. O próprio movimento LGBTQIA+, os feminismos e outros movimentos de lutas, tem colocado holofotes para outras formas de pensar a vida, distante da histórica matriz colonial do poder. Esses discursos decoloniais só podem ser agora enunciados

¹ A porta do não retorno ou porta sem retorno faz referência a dois monumentos: um na cidade de Uidá, no Benim, e outro na Ilha de Gorée, no Senegal. Esses monumentos fazem referência e buscam manter viva a memória das pessoas que foram escravizadas e enviadas para as Américas. Tratam-se de locais onde eram embarcadas as pessoas escravizadas e sabia-se que, quem passasse por ali não retornaria a seu lugar de origem. Para sobreviver, essas pessoas teriam que esquecer os vínculos pregressos e conviver com a suposição de que talvez fossem esquecidos por seus contemporâneos e pelas gerações futuras.

porque dependem de condições históricas, políticas e sociais aconteçam, para que uma fala subalternizada tenha espaço real de escuta. Pois, uma fala subalterna não tem espaços em regimes seletivos de escuta (FOUCAULT, 1986; SPIVAK, 2010).

Dados do IBGE informam que, em 2018, 50,3% dos (as) estudantes universitários (as), eram negros (as) em IES públicas, o que é, por si só um marco histórico na política de acesso ao Ensino Superior no Brasil. Apesar da ampliação do acesso, percebe-se que isto não significa, necessariamente, inclusão e que ainda há muitos desafios a serem superados. Ainda é baixo o percentual de professores(as) doutores(as) não brancas no Ensino Superior, a distribuição de pessoas não brancas ainda não é igualitária para todos os cursos de graduação. Além disso, observa-se a desvalorização de saberes não euro centrados, formando aquilo que Santos e Meneses (2009) nomeiam como epistemicídio. Dentre os problemas ainda enfrentados pela população não branca, encontramos dificuldade de acessar níveis mais especializados na trajetória acadêmica, dificuldades para o engajamento em pesquisas mesmo durante a graduação, além da solidão enfrentada quando as especificidades das experiências dessas populações e os impactos emocionais advindos de visão de mundo racializada não são reconhecidas pelo meio. No campo da psicologia, essas questões tornam-se particularmente importantes, pois dizem respeito aos cuidados com a saúde mental de professores(as) e estudantes(as) no contexto acadêmico, envolvem a formação para a escuta, principal tecnologia de trabalho, que se não abordada de forma crítica, pode compor estratégia de opressão e reforçamento de situações de preconceito e exclusão sob a legitimidade da academia enquanto espaço de produção de saber.

O eurocentrismo epistêmico influencia o modo de pensar sobre a personalidade, cognição, desenvolvimento, psicopatologia e as áreas aplicadas da psicologia e é nesse sentido que se objetiva aproximar as discussões decoloniais às bases epistemológicas da psicologia, principalmente por entender que uma racionalidade colonial produz um ideal e nega as existências de outros saberes periféricos que compõe subjetividades e constroem histórias. É violento que a psicologia brasileira se constitua em uma lógica que faça (in)existir esses sujeitos como sujeitos legítimos.

Delineamento e procedimentos de análise do estudo

Tratou-se de uma revisão crítica da literatura com os descritores: pensamento decolonial e psicologia, nas bases de dados: PePSIC — BVS; Google Scholar e Scielo Brasil. Utilizou-se como critério de inclusão: a) artigos brasileiros; b) que se dedicassem sobre a psicologia e o pensamento decolonial. Foi delineado categorias de análises para os estudos selecionados: 1ª parte – ano de aproximação na psicologia; autores (localidade, vinculação institucional); perfil das revistas que publicaram os estudos; 2ª parte: objetivos e tipos do estudo; aspectos gerais e reflexões.

A busca, recuperou cinquenta e seis (56) artigos que inicialmente atendiam o propósito do estudo, sendo o primeiro publicado em 2015, não foram localizados artigos em anos anteriores com a temática. Em seguida, foram exportados para planilha do Excel e posteriormente excluídos os artigos duplicados. Restaram trinta e sete (37) artigos, dos quais tiveram seus resumos lidos e submetidos aos critérios de inclusão e exclusão. Nove (09) artigos

foram selecionados para compor a análise qualitativa do estudo, sendo lidos na íntegra, visando atender os principais aspectos abordados por esse estudo.

Resultados e discussões

A partir dos critérios de inclusão e das categorias de análises, foram organizadas tabelas para contemplar a primeira parte dos dados (Tabela 1):

Tabela 1 — Mapeamento quantitativa de produções por ano

	Ano de publicação	Quantidade de artigo
	2015	1
	2017	2
	2018	1
	2019	4
	2020	1
Total		9

Fonte: elaborada pelos autores.

Se os estudos decoloniais já estão sendo revisitados há mais de 40 anos, por que essa produção tão tímida na psicologia? A ideia aqui não é assumir uma nova regra, um novo repertório hegemônico, mas sim, pensar na necessidade de a psicologia assumir outros saberes. Saberes que são produzidos no dia a dia no exercício prático da psicologia (e que podem não estarem contemplados nos “manuais” e nos processos formativos nas instituições) e que estão diretamente comprometidos com o reposicionamento histórico daqueles que o praticam. Uma outra questão a ser observada é quem são os(as) pesquisadores(as) que atravessam as reflexões decoloniais na psicologia e em que periódicos eles estão posicionados (Tabela 2):

Tabela 2 — Mapeamento autor, vínculo e tipo de periódico

Autor/Formação	Estado de vinculação	Tipo de periódico
Psicólogo(a)/doutor(a)	Distrito Federal	Direcionado à discussão psicologia política
Psicólogo(a)/doutor(a)	Rio Grande do Sul	Direcionado aos estudos em psicologia social
Psicólogo(a)/doutor(a)	Minas Gerais	Direcionado à discussões fenomenológicas
Psicólogo(a)/doutor(a)	Bahia	Direcionado aos estudos da subjetividade
Historiador(a)/doutor(a)	Piauí	Direcionado para o campo da história
Psicólogo(a)/doutor(a)	Paraná	Direcionado para o campo da ciência política e antropologia
Psicólogo(a)/doutor(a)	Minas Gerais	Direcionado aos estudos psicossociais
Psicólogo(a)/doutor(a)	Pernambuco	Direcionado aos estudos em psicologia social
Psicólogo(a)/doutor(a)	Paraná	Direcionado para o campo da ciência política e antropologia

Fonte: elaborada pelos autores.

Atualmente, existem 385.760 psicólogos(as) inscritos(as) e com seus registros ativos no país e a maior concentração está na região sudeste, sendo em 1º lugar o estado de São Paulo com 112.996 registros ativos, seguidos do estado do Rio de Janeiro com 46.019 registros ativos (CFP, 2021) e, temos atualmente 1201 instituições de ensino superior com o curso de formação

(graduação) em psicologia (BRASIL, 2017). Com todos esses números e dado o recorte feito neste estudo, é nítido perceber que a distribuição desse tipo de pesquisa ainda é muito tímida entre os(as) pesquisadores(as) em psicologia, e que os grandes centros, embora discutam a temática, ainda estão muito circunscritos às discussões de gênero e raça, especificamente acerca do preconceito e seus efeitos. As discussões sobre a formação em psicologia e saberes decoloniais não é pauta frequente nos principais periódicos de psicologia no país. As revistas que acolhem esses tipos de pesquisa, estão dentro do campo social e da psicologia política. Percebe-se também a ausência de periódico focado em discutir a formação em psicologia, trazendo a perspectiva decolonial.

Seguindo a segunda parte das análises, que foi dedicada a refletir sobre as contribuições dos estudos decoloniais na psicologia, depara-se com Alves e Demondez (2015), no artigo “Contribuições do pensamento decolonial à psicologia política”, propondo em contribuir com essa temática na área da psicologia política, resgatando os principais expoentes desses estudos e sinalizando a existência de um modelo de humano ideal e que esse modelo coincidiu com o homem branco, europeu e cristão. O tão festejado “homem moderno” surgiu a partir da negação de um outro. E o estudo segue evidenciando que as perspectivas dominantes da psicologia operam ideologicamente a serviço dos discursos oficiais. E mais, a psicologia em diversas ocasiões assume uma postura mais “jornalística” quando mais descreve sujeitos, subjetividades, ser humano e padrão de normalidade, do que exerce uma reflexão crítica em relação a constituição de seu objeto.

Santos (2017) em “Psicologia fenomenológico existencial e pensamento decolonial: um diálogo necessário” reforça a necessidade da inclusão do pensamento da periferia em diálogo com o saber europeu, inclusive retrata a necessidade de a psicologia fenomenológica existencial dialogar com o os estudos decoloniais para ampliar a noção epistemológica de suas bases.

Lucena Filho e Silva (2018), no artigo “O processo de colonização e os possíveis impactos na psicologia da atualidade”, discutem os possíveis impactos da colonização na atualidade e apontam que a psicologia para ser reconhecida como um saber científico serviu às relações marcadas pelos discursos burguês e a manutenção desse discurso dizima as diversidades e saberes do sujeito não branco, silenciando subjetividades. Nesse sentido, o estudo apela à proposta epistêmica de Mignolo (2017), quando fala sobre o “pensamento crítico de fronteira”, que é justamente rediscutir o discurso emancipatório a partir dos saberes periféricos, incluídos na ciência psicológica, minimizando violências históricas.

Carvalhoes (2019), em “Clínica extramuros: decolonializando a psicologia”, partindo da premissa da pluralidade das subjetividades, chama atenção para a dimensão do controle que os(as) profissionais de psicologia são convocados(as), quando “precisam” repetir as mesmas formas, receitas, e perspectivas de existências, o que pode gerar uma “ortopedia moral e normatização das condutas”. Essa maneira performática de pensar a psicologia estaria associada à racionalidades coloniais construindo um padrão de normalidade e automaticamente desenhando o “outro”, o anormal. Assim, a clínica extramuros, combateria essa visão de não redução das teorias brancas, heterossexuais, europeias e cristãs.

Castro e Mayorga (2019), buscando trazer o discurso decolonial a psicologia comunitária, mostrando que a colonização nutre lugares muito distintos para sujeitos marcados pela diferença, silenciando-os. Alerta, ainda, sobre a necessidade de reinventar outros mundos

possíveis no artigo “Decolonialidade e pesquisas narrativas: contribuições para uma psicologia comunitária”.

Menezes, Lins e Sampaio (2019) criticam o epistemicídio dos saberes psis e apontam como o eurocentrismo epistêmico produz efeito no campo do saber da psicologia, como, por exemplo, no campo do racismo e do sexismo no artigo “Provocações pós-coloniais à formação em psicologia”. Carvalhaes e Lima (2020) em “Contemporaneidade e decolonialismo: notas para uma práxis crítica e situada para a psicologia social”, vem de forma direta, discutir sobre a extrema importância de associar os estudos decoloniais a formação da psicologia brasileira, principalmente no que se refere à descolonização e anuncia a psicologia como dispositivo de controle, os jogos de forças dentro da área e a necessidade do pensamento decolonial na produção de saberes periféricos.

Botton (2019), no texto “A selvageria das multidões: gênero, psicologia e teoria pós colonial latinoamericana”, critica a transversalidade da teoria da psicologia das massas com elementos de misoginia e eurocentrismo e aponta os feminismos latino-americanos decolonial na desconstrução da polaridade de gênero e suas hierarquias políticas.

Considerações finais

O que é possível anunciar com esse estudo? Primeiro que a inserção do pensamento decolonial na psicologia ainda é muito tímida e esse dado precisa ser melhor refletido: o que diz essa timidez? Depois a necessidade de articular esses estudos na dimensão da formação em psicologia e não apenas em aspectos isolados, como o preconceito. Os artigos levantados sinalizaram a necessidade da inclusão do pensamento crítico periférico e a construção de saberes extramuros da psicologia.

Ainda foi possível perceber que diversos autores que discutem o pensamento decolonial na psicologia, embora proponham diálogos necessários, ainda estão em lugares privilegiados do discurso dominante e resta-nos pensar se mesmo necessário, esses textos feitos por homens brancos, cientistas, normalmente de grandes universidades privilegiadas, podem estar silenciando, novamente, os discursos subalternos e periféricos, dos saberes que são construídos nas esquinas e que são silenciados, marginalizados.

Urge afirmar uma versão da psicologia livre do pensamento colonizado. Pensar em descolonização é pensar em assimetrias de poder que estratificam a sociedade. Essa reflexão pode romper com a ideia de certezas naturalizadas de modos de ser, viver e se comportar que, sustentadas em teorias psicológicas, determinam práticas que produzem assujeitamento, classificam o normal/anormal, medicalizam a vida e negligenciam o papel político da psicologia que implica em problematizar e intervir nos diferentes funcionamentos que acarretam modos de existir aprisionados, perpetuam desigualdades e geram sofrimento psíquico.

Onde estão as vozes femininas na formação em psicologia? Uma profissão eminentemente exercida por mulheres no que tange ao quantitativo de profissionais atuantes e os pensadores frequentemente referenciados, os que discutem a história, as correntes e escolas psicológicas, são exponencialmente homens e não por não existirem produções femininas. Será mera coincidência desconhecer o pensamento guarani, mesmo sendo brasileiro? Por que as referências psicológicas são marcadamente europeias? Essas referências dão conta da realidade social brasileira e suas idiossincrasias?

Há tempos pesquisadores(as), professores(as) e profissionais de psicologia reconhecem o histórico elitizado e negligente com a dimensão política dos saberes e práticas psicológicas. Essa problematização retirou a psicologia dos consultórios particulares e instituições que a utilizavam para classificação e adaptação de pessoas e ampliou os debates e intervenções para o campo das políticas públicas em saúde, educação e assistência social articuladas com processos de prevenção e promoção de saúde, garantia de direitos, inclusão e diversidade. Muito ainda precisamos construir, especialmente na formação em psicologia que mantém, em maioria, um caráter tradicionalista, que pode ser lido como eurocentrado e americanizado, e que somente reconhece esses como epistemologicamente relevantes. Apostamos que aproximar o pensamento decolonial da formação em psicologia e, conseqüentemente, fomentar a produção científica na temática é um caminho importante para a efetivação do compromisso ético-político da psicologia constantemente afirmado nos documentos que orientam a prática profissional.

Referências

ALVES, C. B.; DELMONDEZ, P. Contribuições do pensamento decolonial à psicologia política. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 15, n. 34, p. 647-661, dez. 2015.

BICALHO, P. P. G. Ditadura e democracia: Qual o papel da violência de Estado? *In*: XIMENDES, A. M. C.; REIS, C.; OLIVEIRA, R. W. (Orgs.). **Entre garantia de direitos e práticas libertárias**. Porto Alegre: Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2013. cap. 1, p. 13-34.

BOTTON, F. A selvageria das multidões: gênero, psicologia e teoria pós-colonial latino-americana. **Revista TEL Tempo, Espaço e Linguagem**, Irati, v. 10, n. 2, p. 71-84, set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1962. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/15/2016/12/Lei-4119_1962.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CARVALHAES, F. F. Clínica extramuros: decolonizando a psicologia. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 19, n. 216, p. 3-13, jul. 2019.

CARVALHAES, F. F.; LIMA, A. B. Contemporaneidade e decolonialismo: notas para uma práxis crítica e situada para a Psicologia Social. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 20, n. 223, p. 58-70, jul. 2020.

CASTRO, R. D.; MAYORGA, C. Decolonialidade e pesquisas narrativas: contribuições para a Psicologia Comunitária. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-Rei, v. 14, n. 3, p. 1-18, set. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **A verdade é revolucionária: Testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)**. Brasília: CFP, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Infográfico. **CFP**, 2021. Disponível em: <<http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

FIGUEIREDO, L. C. M. **Matrizes do pensamento psicológico**. Petrópolis: Vozes, 1991.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

HUTZ, C. S. Responsabilidade ética, social e política da avaliação psicológica. **Avaliação Psicológica**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 1-3, nov. 2002.

JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A.; PORTUGAL, F. T. (Org). **História da psicologia: rumos e percursos**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nau, 2018.

LUCENA FILHO, E. L.; SILVA, I. L. O processo de colonização e os possíveis impactos na psicologia da atualidade. **Revista Psicologia & Saberes**, Maceió, v. 7, n. 9, p. 107-117, dez. 2018.

MENEZES, J. A.; LINS, S. S.; SAMPAIO, J. V. Provocações pós-coloniais à formação em psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v. 31, 2019.

MIGNOLO, W. D.. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, jun. 2017.

OLIVEIRA, A. *et al.* Psicologia Social no Brasil: Principais Tendências e Perspectivas. **Revista Científica FAEST**, Tangará da Serra, v. 6, n. 1, p. 47-56, jan./jun. 2018.

PENA, A. G. **História da psicologia no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

PEREIRA, D. F. Diálogos sobre a docência em psicologia no âmbito da licenciatura no Estado do Rio de Janeiro. **Revista Ciências Humanas**, s.l., v. 14, n. 1, jan. 2021.

QUINTERO, P.; FIGUEIRA, P.; ELIZALDE, P. C. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. Tradução de Sérgio Molina e Rubia Goldoni. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand/Afterall, 2019.

RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

Diogo Fagundes Pereira; Cidiane Vaz Goncalves;
Cristiane Moreira da Silva; Fabiana Eckhardt.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

SANTOS, G. A. O. Psicología fenomenológico-existencial y pensamiento decolonial: un diálogo necesario. **Revista do NUFEN**, Belém, v. 9, n. 3, p. 93-109, 2017.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Tradução de Sandra Regina Goulart, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.